



A institucionalização da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa sobre bases da higiene no campo (1920-1927)

The institutionalization of *Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa* on the basis of hygiene in the countryside (1920-1927)

La institucionalización de la *Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa* sobre la base de la higiene en el campo (1920-1927)

Pedro de Oliveira Milagres
Universidade Estadual de Campinas (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-2178-5279>
<http://lattes.cnpq.br/1173015991766059>
p244157@dac.unicamp.br

Anderson da Cunha Baia
Universidade Federal de Viçosa (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-7363-689X>
<http://lattes.cnpq.br/4790819454267242>
andersonbaia@ufv.br

Resumo

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa foi uma das pioneiras no ensino agrícola brasileiro. Sua criação foi decretada pelo viçosense e Presidente do estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, em um período de interposição de debates nacionalistas visando o progresso nacional. Nesse debate, os saberes higienistas ganham destaque na organização e remodelação dos espaços rurais. Esse estudo objetiva analisar a construção e organização higiênica da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa no seu período de fundação (1920-1927). Para isso, foram investigados documentos institucionais guardados pelo Acervo Histórico Central da Universidade Federal de Viçosa (ACH-UFV) e pela *University of Florida*, em seu repositório digital (UFDC). Os resultados apontam que o engenheiro Belo Lisboa atuou por um viés sanitário nas construções, de forma a permitir que a higiene se tornasse um pilar de sustentação da ESAV, caracterizando uma ambiência moderna da Escola no campo.

Palavras-chave: Sanitarização; Engenheiro-sanitário; Higiene.

Abstract

The *Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa* was one of the pioneers in Brazilian agricultural education. Its creation was decreed by Arthur da Silva Bernardes, a native of Viçosa and the President of the state of Minas Gerais, during a period of nationalist debates aimed at national progress. In this debate, hygienic knowledge gained prominence in the organization and remodeling of rural spaces. This study aims to analyze the construction and hygienic organization of the *Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa* during its founding period (1920-1927). To this end, institutional documents stored by the *Acervo Histórico Central da Universidade Federal de Viçosa* (ACH-UFV) and by the University of Florida, in its digital repository (UFDC), were investigated. The results indicate that engineer Belo Lisboa acted from a sanitation perspective in the constructions, in order to allow hygiene to become a pillar of support for the ESAV, characterizing a modern environment for the School in the countryside.

Keywords: Sanitation; Sanitary engineer; Hygiene

Resumen

La *Escola Superior de Agricultura e Veterinaria de Viçosa* fue una de las pioneras en la enseñanza agrícola brasileña, y su creación, por el viçosense, gobernador del estado de Minas Gerais, Arthur Bernardes, se da en un período de debates nacionalistas en busca del progreso nacional. En ese debate, los conocimientos higienistas ganan destaque en la organización y remodelación de los espacios rurales. Este estudio tiene como objetivo analizar la construcción y organización higiénica de la *Escola Superior de Agricultura e Veterinaria de Viçosa*, en su período de fundación (1920-1927). Para esto, se investigaron documentos institucionales guardados por el *Acervo Histórico Central de la Universidad de Viçosa* (ACH-UFV) y por la Universidad de Florida, en su repositorio digital (UFDC). Los resultados mostraron que el trabajo del ingeniero Belo Lisboa en la sanitización hizo de la higiene un pilar de apoyo para la Escuela, caracterizando un ambiente moderno en la ESAV.

Palavras chave: Saneamiento; Ingeniero sanitario; Higiene.

Recebido: 08/12/2023

Aprovado: 02/04/2024

Introdução

O presente trabalho analisa a construção e organização higiênica da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) no seu período de fundação (1920-1927). A Escola foi uma das pioneiras no ensino agrícola brasileiro, estabelecendo-se como escola superior isolada.

O período que trata da criação da instituição, no início da década de 1920, comportou movimentações no cenário nacional fundamentais para a formação social brasileira. Naquele contexto, o problema do atraso da população no interior do país era colocado em questão, visto que os investimentos dos higienistas para a identificação dos graves problemas sanitários “nunca [...] foram tão radicalmente elaborados e tão claramente expostos e apresentados à sociedade brasileira” (HOCHMAN, 2009, [s.p.]). Assim, com a realização de expedições rumo ao interior do país e a divulgação dramática do quadro sanitário nacional, os higienistas promoveram, na década de 1910, uma intensa mobilização política, social e educativa para a recuperação dos sertões brasileiros pela higiene (FONSECA, 2018; HOCHMAN, 2012; 2009).

Para Hochman (2012), a partir de 1918, as mobilizações sanitárias foram intensificadas, contudo encontraram dificuldades para implantar um órgão central que coordenasse as ações em todo o país. Nesse contexto, fez-se um apelo aos estados para o investimento nas reformas sanitárias, encontrando forte respaldo em Minas Gerais, com o governo de Arthur Bernardes (HOCHMAN, 2012).

O Presidente¹ de Minas Gerais promoveu a abertura do estado aos investimentos da União, comprometendo-se a instituir ações em favor da sanitização dos espaços rurais (HOCHMAN, 2012). Destarte, o governo de Bernardes protagonizou a realização de um conjunto de políticas sanitárias para a recuperação dos espaços rurais (CARVALHO, 2016; ABREU, 2010), e, nesse bojo de políticas, foi criada a ESAV. O cerne da criação da instituição não estava em combater as doenças nos sertões, mas, alinhada aos princípios higienistas, visava à recuperação dos espaços rurais pela melhoria da produção e das condições de vida dos trabalhadores agrícolas, proposta que ia ao encontro das ideias do ruralista e interlocutor higienista, Alberto Torres (GÓIS JUNIOR, 2014).

Assim como os higienistas, o movimento ruralista daquelas décadas, respaldado pelos debates educacionais, pautava a educação agrícola como fator de progresso nacional. Conforme Azevedo (2005), foram elaboradas reflexões e proposições visando à disseminação de novos conhecimentos e técnicas agrícolas por meio da instrução rural, com intenções modernizantes. Essas elaborações se combinavam com a ascensão de um processo de expansão industrial, urbano e demográfico do país, fato que resultou no crescimento significativo das escolas superiores de Agricultura e de Veterinária entre as décadas de 1910 e 1920. Dentre elas estava a ESAV (AZEVEDO, 2005; CAPDEVILLE, 1991).

Sendo assim, a criação da ESAV por Arthur Bernardes se dá num período de interposição de debates nacionalistas visando ao progresso nacional. Eles se detinham nos campos agrícolas, destacando-se os saberes higienistas na organização e remodelação dos espaços rurais. Para investigar a presença da higiene nos trabalhos de construção e organização, foram separados, reunidos e analisados os documentos institucionais guardados pelo Acervo Histórico Central da Universidade Federal de Viçosa (ACH-UFV) e pela *University of Florida Digital Collections* (UFDC) em seu repositório digital.² Foi delineado como recorte histórico o período de 1920 a 1927, que corresponde ao anúncio de criação da Escola e à finalização da construção do edifício principal, quando têm início as atividades de ensino.

¹ O cargo de Presidente do Estado, ocupado por Arthur Bernardes em Minas Gerais, equivale hoje ao de governador do estado.

² Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

Moderna, científica e higiênica: lançando os pilares da Escola Agrícola

A concepção e construção da ESAV, implantada no interior do estado de Minas Gerais, foi permeada pelos interesses de diferentes sujeitos que se envolveram na sua criação. Em comum, eles compartilhavam da urgência de introduzir novos saberes e práticas nos espaços rurais. O primeiro movimento para o surgimento da Escola foi mobilizado pelo estadista Arthur Bernardes, enquanto presidente do estado de Minas Gerais. Por meio da sua criação, Bernardes buscava direcionar ao campo um projeto de modernização que propiciasse o desenvolvimento econômico do estado, superando as tradicionais técnicas de produção e de cuidado na agricultura e pecuária (SOUZA, 2017).

Em uma mensagem ao congresso mineiro, em 15 de junho de 1920, Bernardes (1920, p. 6) anunciou a necessidade de criar em um “ponto grande” um estabelecimento de ensino agrícola “aperfeiçoado e moderno” para imprimir “mais systema e acerto ao trabalho rural” e concorrer “para tornar mais consciente e productivo o nosso [sic] esforço no trato da terra”. Seu intuito era, com a criação do estabelecimento, incrementar a produção agrícola do estado e, por consequência, sua economia.

Sendo assim, em 06 de setembro de 1920, foi publicada a Lei nº 761, que demarcava como objetivo da Escola “[...] ministrar o ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária e bem assim realizar estudos experimentais que concorram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 1920). A previsão de um ensino prático e teórico teria como finalidade aproximar a Escola das demandas presentes nos espaços agrícolas. Conforme afirmou Arthur Bernardes, a criação da instituição permitiu demarcar a transposição de um primitivismo agrícola para a introdução de novos processos no trabalho com a terra e no cuidado das plantas, das árvores e dos animais (BERNARDES, 1952 apud. BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000). Assim, o trabalhador agrícola se tornaria alvo das práticas educativas para superar o rudimentarismo técnico e viabilizar as condições de trabalho que permitissem uma maior produtividade no campo.

Para concretizar as intenções do presidente do estado, foi solicitado ao governo norte-americano a indicação de um especialista capaz de fundar, organizar e dirigir um estabelecimento de Ensino Agrícola Moderno, fato que culminou na contratação de Peter Henry Rolfs. De acordo com Borges, Sabioni e Magalhães (2000), desde 1891, P. H. Rolfs já atuava de forma bem-sucedida com atividades científicas em diferentes *colleges* estadunidenses, obtendo experiência em botânica, bacteriologia, micologia e fitopatologia, além de atividades com plantas subtropicais. Devido a essa marca científica na sua constituição profissional, próxima às Ciências Naturais, P. H. Rolfs demonstrava apreço pelo higienista Oswaldo Cruz, que, por vezes, era destacado em seus registros como um notável cientista brasileiro. Da mesma forma, ele acreditava que a ciência aplicada à saúde e à agricultura seria igualmente a chave para a prosperidade nacional (ROLFS, [s/d]).

Vale lembrar que, no final do século XIX, os higienistas promoviam achados importantes nas Ciências Naturais e, especialmente, no que se sabia sobre os pequenos organismos e o contágio de doenças. Advindas especialmente da Europa e dos Estados Unidos, as novas descobertas eram veiculadas no Brasil e incorporadas pelos higienistas de forma conveniente aos debates locais. Naqueles grandes países, destacavam-se os achados feitos pela microbiologia, mais especificamente na bacteriologia, que inauguravam uma nova concepção de cuidados do corpo e das condições de vida da população (GOIS JUNIOR, 2003; VIGARELLO, 1996).

Naquele contexto, o trânsito de sujeitos caracterizava-se como um dos fatores importantes para a circulação de conhecimentos científicos, fato que é percebido com a chegada de P. H. Rolfs ao Brasil. Em fevereiro de 1921, ele chegou com sua família a Belo Horizonte para assinar o contrato com o Estado e iniciar os trabalhos. Durante sua

vinda, ele gozava do título de prestigiado cientista do país norte-americano, credencial com a qual foi apresentado a Arthur Bernardes pelo embaixador dos EUA no Brasil. O contrato assinado por P. H. Rolfs incumbia-o da função de integrar a comissão para a escolha do local de fundação da Escola e de apresentar ao Governo os planos das construções e os programas gerais de ensino, além de se tornar o primeiro diretor do estabelecimento (GOMIDE, 1996).

Em 25 de fevereiro daquele mesmo ano, a comissão incumbida de fazer a escolha do local de construção partiu em direção à região da Zona da Mata Mineira para visitar pontos nas cidades de Ubá, Rio Branco, Viçosa e Ponte Nova. Durante a viagem, que se estendeu até o dia 8 de março, P. H. Rolfs observou as condições climáticas e do solo, assim como os terrenos possíveis para a construção da futura Escola, e elencou os fatores que deveriam nortear a escolha do local. Entre os pontos sinalizados, estavam a salubridade, terras convenientes, localização, publicidade, sentimento geral de comunidade, distância do centro de população, colheitas e água. O estadunidense alertava que, na ausência deles, seria quase impossível, senão impossível, o estabelecimento de uma escola agrícola (ROLFS, 1921b).

Dando destaque para as condições sanitárias e de higiene a serem consideradas na escolha, o estadunidense preconizava que a salubridade “é de primeira importância em algum empreendimento” (ROLFS, 1921a, p. 1, tradução nossa). O local de fundação, a depender das condições salubres, poderia produzir doenças frequentes entre os alunos e atrapalhar os esforços de instrução. Assim, era necessário observar não só a salubridade do local, como também a disponibilidade de “água clara, pura e livre de organismos impuros” para suprir as necessidades de higiene e cuidado dos alunos, professores e funcionários da instituição (ROLFS, 1921a, p. 1, tradução nossa).

Entre os locais visitados, P. H. Rolfs observou que Viçosa possuía terrenos propícios para a construção da futura Escola e “um ar geral de limpeza e prosperidade” (ROLFS, 1921a, p. 11, tradução nossa). O estadunidense visitou duas instituições de ensino e um hospital de isolamento da cidade, certificando a boa localização, o serviço e a construção desses estabelecimentos, constatando, assim, a existência de condições favoráveis para a instalação da Escola Agrícola em Viçosa.

A adoção de pressupostos científicos para uma escolha técnica, respaldada pelos conhecimentos de uma ciência moderna, é anunciada pelo estadunidense como o critério adotado para sua escolha. Eles deveriam guiar a construção de um estabelecimento desde a escolha do local para sua fundação. O intuito dos critérios higiênicos era preventivo, visto que “si os alumnos, durante os primeiros cinco a dez anos, tiveram a infelicidade de contrair molestias, taes como febre maleita, anklostomia, ou febre amarella, esta má fama durará no estabelecimento durante dezenas de anos” (ROLFS, 1933, p.2).

A orientação de P. H. Rolfs para a compra de uma grande extensão de terra afastada da cidade visava constituir um estabelecimento com características rurais. Essa composição permitiria proporcionar aos alunos a experiência de uma 'verdadeira vida agrícola', além de servir como exemplo aos fazendeiros de como administrar suas fazendas. Deveriam ser feitos, portanto, investimentos técnico-científicos para promover a limpeza do espaço e assentar as bases da instituição, inspirando a organização das fazendas.

Feita a escolha do terreno, as plantas de construção e o plano inicial foram apresentados a Arthur Bernardes e oficializados por meio do Decreto nº 5.806, de 30 de dezembro de 1921. A partir daí, foram iniciadas as ações para desapropriação dos terrenos para a construção da Escola (Figura 1)

Figura 1 – Terreno adquirido para construção da ESAV, em 1921. Registro feito durante a segunda viagem de Rolfs a Viçosa, antes da compra dos terrenos.



Fonte: University of Florida Digital Collections.

Em 1922, o Presidente do estado Arthur Bernardes baixou o Decreto nº 6.053, de 30 de março, que permitiu a criação da ESAV. Pouco mais de dois meses depois, em 10 de junho, foi lançada a pedra fundamental do edifício principal, constituindo-se como um marco na fundação da Escola. Além do aspecto moderno do estabelecimento, prezado por Arthur Bernardes, para Oliver e Figuerôa (2007), a tradição científica, com ênfase nas pesquisas, marcou fortemente a Escola em Viçosa, sendo importante para a contraposição da agricultura à natureza. A natureza era considerada incompreensível, obscura e desordenada, e, portanto, deveria ser dominada pela agricultura, para o bem da nação (OLIVER; FIGUERÔA, 2007).

Com isso, os interesses de Arthur Bernardes, na criação de um estabelecimento que superasse o rudimentarismo técnico no campo, e de P. H. Rolfs, na adoção dos pressupostos científicos e modernos para balizar a Escola, firmaram os primeiros pilares da instituição. Essas pretensões sinalizavam o surgimento de um espaço conveniente à aplicação de saberes e práticas modernos e especializados no campo, sendo que a higiene tinha um lugar de importância no pensamento do fundador da Escola. Naquele momento, os pressupostos higiênicos estavam em voga nos debates impulsionados pela campanha de saneamento dos sertões brasileiros e assumiam uma retórica de ciência moderna (HOCHMAN, 2012; GONDRA, 2003). Apesar disso, eles só foram concretizados na construção da ESAV com a presença do engenheiro João Carlos Belo Lisboa, que foi contratado em agosto de 1922 pelo Governo do Estado para atuar nas obras.

Belo Lisboa: “O homem certo no lugar certo”

João Carlos Belo Lisboa nasceu em 18 de agosto de 1892, no município de Vassouras, no interior do Estado do Rio de Janeiro. Conforme Borges, Sabioni e Magalhães (2000) e Camisasca (2012), ele ficou órfão do pai logo no seu primeiro ano de vida e viveu uma infância pobre em um povoado próximo a Juiz de Fora, Minas Gerais, cidade onde completou sua escolarização. Além dos estudos, ele se esforçava para educar seus sete irmãos, frutos do segundo casamento da mãe (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000). A cidade mineira onde Belo Lisboa permaneceu até meados da década de 1910 alcançou ganhos higiênicos significativos no início do século XX, principalmente inspirados pelas

políticas de limpeza e modernização que ocorriam na capital federal (NARCISO, 2016). Possivelmente, foi pela vivência de seu processo educativo na cidade de Juiz de Fora que Belo Lisboa teve seus primeiros contatos com os saberes e as práticas higienistas que emergiam no cenário nacional e local.³

Antes de chegar à ESAV e investir suas ideias na organização da Escola, Belo Lisboa partiu de Juiz de Fora para cumprir sua formação profissional. Ele percorreu itinerários, passando pelos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, que o possibilitaram se aproximar dos debates higienistas em voga. A formação em Engenharia Civil foi iniciada na Escola de Engenharia de São Paulo e finalizada na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1919. No entanto, um ano antes, ele se formou no curso de Engenharia Industrial, Mecânica e Eletrônica, para só após finalizar a formação em Engenharia Civil (CAMISASCA, 2012). Conforme Borges, Sabioni e Magalhães (2000), a mudança do itinerário de Belo Lisboa de São Paulo para o Rio de Janeiro foi motivada por problemas de saúde. Contudo, esse deslocamento permitiu que ele estabelecesse contato com atores que protagonizaram o cenário médico-sanitário do Distrito Federal.

Em abril de 1918, Belo Lisboa foi convidado pelo médico psiquiatra dr. Rodrigues Caldas⁴ para secretariar uma comissão de estudos interessada em plantas fibrosas e indústrias têxteis, tendo viajado aos Estados Unidos, à China, ao Japão, à Índia e a países da África do Sul (CAMISASCA, 2012; BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000; GOMIDE, 1993). Não temos conhecimento da finalidade dos estudos; entretanto, conforme Borges, Sabioni e Magalhães (2000), a viagem era chefiada pelo dr. Rodrigues Caldas. À época, este último esteve como diretor-geral das Colônias de Alienados da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, e foi um dos personagens centrais na instalação da Colônia Agrícola de Jacarepaguá/RJ, entre 1912 e 1924. Dessa forma, a viagem de estudos secretariada por Belo Lisboa pode ter tido alguma relação com a implantação da Colônia Agrícola, que se pretendia servir de modelo para a internação e o tratamento de doentes mentais no Brasil (CLAPER, 2016).

Todavia, foi pelo contato com o professor e diretor da Escola Politécnica, André Gustavo Paulo de Frontin⁵, enquanto estudante, que Belo Lisboa iniciou os primeiros movimentos que culminariam em sua chegada à ESAV, em Viçosa. Borges, Sabioni e Magalhães (2000) apontam que, na ocasião da formatura de Belo Lisboa, Paulo Frontin o

³ Juiz de Fora se situava próximo à capital federal e, conforme Narciso (2016), sofria influências do processo de modernização e das ideias higienistas vindas do Rio de Janeiro. A cidade contava com a presença da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, que, desde 1889, estava em sintonia com a agenda de discussões nacional e internacional sobre bacteriologia, doenças e profilaxia, contribuindo ativamente para as discussões na cidade e sua penetração nas escolas (NARCISO, 2016). A população pobre era alvo das políticas higiênicas, tendo sido alcançada por meio das instituições escolares. Conforme Narciso (2016), a partir de 1907, com a criação dos primeiros grupos escolares, médicos e dentistas passaram a intervir sobre os estudantes por meio de inspeções médicas e profilaxia nas escolas, além de realizar a instalação de gabinetes dentários nos grupos, contribuindo para a propagação do poder médico-higiênico entre as famílias pobres.

⁴ Dr. João Augusto Rodrigues Caldas (18??-1926) foi um médico psiquiatra que contribuiu ativamente para as mudanças na forma de tratamento dos alienados, desafogando o excesso de pacientes do Hospital Nacional de Alienados e transformando a colônia em espaços de tratamento e de produção agrícola (CLAPER, 2016).

⁵ André Gustavo de Paulo Frontin (1860-1933) nasceu em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Durante seus estudos, frequentou colégios tanto em sua cidade-natal quanto na capital do estado, entre eles o Colégio Dom Pedro II. Em 1879, formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, posteriormente, obteve os títulos de engenheiro de minas, de bacharel em Ciências Físicas e Matemática pela mesma instituição, e de doutor em Filosofia pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro. Em 1880, passou a lecionar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, assumindo o posto de professor catedrático de Mecânica Aplicada às Máquinas. Paulo Frontin teve um intenso envolvimento político, fundando a Aliança Republicana (AR) em 1917, e tendo sido senador de 1917 a 1918, e de 1921 a 1930; prefeito do Distrito Federal de janeiro a julho de 1919; e deputado federal de 1919 a 1920. Em sua biografia, destaca-se sua atuação envolvendo o saneamento em reformas de abastecimento de água e construções de avenidas, com destaque para a Avenida Central, além da construção de habitações populares (HOFFBAUER; PESSOA, 2018; ALVES, 2013).

indicou à prefeitura de Ponte Nova para que pudesse atuar com reformas urbanas na cidade. A indicação que, para os autores, é parte de uma trajetória exitosa de Belo Lisboa na “firme determinação de ser alguém na vida” (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000, p. 37), cruza com a existência de um cenário mais amplo naquela época, em que ganhava força uma mobilização pela campanha de saneamento dos sertões brasileiros, com recepção no estado de Minas Gerais, que fazia apelo aos engenheiros pela disseminação da higiene no interior do país (HOCHMAN, 2012). Suas contribuições sanitárias para a campanha seriam favorecidas pela formação na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que teve influências dos saberes médico-sanitários (ALMEIDA; SANTOS, 2019).

A indicação de Belo Lisboa para servir à prefeitura do município mineiro de Ponte Nova partiu de um engenheiro que vinha atuando ativamente com as reformas urbanas da Avenida Central, no Rio de Janeiro, em 1904. Esse lugar era uma das principais expressões das reformas higienistas nos espaços urbanos brasileiros, as quais, segundo Hochman (2012), iniciavam, de forma mais intensa, as políticas higienistas no país. Alves (2013) indica que Paulo Frontin foi o mentor das obras na Avenida Central e o personagem que enfrentou maior oposição de jornais contrários às reformas higienistas à época, movimento que eclodiu na Revolta da Vacina⁶ em finais de 1904. Em 1919, o mesmo engenheiro aparece à frente da prefeitura do Distrito Federal, implementando um vasto programa de obras nas áreas rurais da cidade, com destaque para a criação e o alargamento de avenidas (HOFFBAUER; PESSOA, 2018).

Atores como esse, que outrora empreenderam na implementação das políticas higiênicas em grandes centros urbanos, viriam a contribuir para a extensão das práticas higiênicas rumo ao interior do país, em um momento de ascensão do movimento de saneamento dos sertões. Belo Lisboa, formado em 1919, compunha parte desse cenário histórico de sujeitos ambientados em um espaço de embates e disputas pelo progresso nacional, com forte influência política e social do pensamento médico-higiênico (FONSECA, 2018; GÓIS JUNIOR, 2014; HOCHMAN, 2012).

Após ser indicado, Belo Lisboa foi nomeado para o cargo de diretor de obras públicas de Ponte Nova pelo prefeito Custódio Silva. Sob a orientação técnica do engenheiro recém-formado, a administração de Custódio Silva destacou-se pelas reformas urbanas com o aperfeiçoamento e o alargamento de ruas e logradouros, além da abertura de uma avenida importante na cidade (PERÍODO..., [s/d]). Logo, Belo Lisboa foi agraciado pelas reformas urbanas promovidas no município interiorano de Minas⁷ — Ponte Nova —, realizando obras convenientes aos apelos higienistas, como calçamento urbano e abastecimento de luz elétrica (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000). Segundo Gomide (1993), em função dos bons serviços prestados à cidade de Ponte Nova, Paulo Frontin recomendou Belo Lisboa ao presidente de Minas Arthur Bernardes, para que ele pudesse atuar como engenheiro auxiliar nos trabalhos de construção da ESAV.

Sendo assim, em agosto de 1922, Belo Lisboa foi contratado para atuar nas obras da Escola. Logo em dezembro do mesmo ano, o engenheiro foi agraciado com o cargo de engenheiro-chefe e, com isso, pôde instituir reformas no regime de trabalho dos operários rurais e usar de sua autoridade para modificar as plantas de construção propostas pelo estadunidense.

⁶ A Revolta da Vacina foi um movimento popular no Distrito Federal em oposição à obrigatoriedade da vacinação, que era realizada de forma autoritária e num contexto de modernização onerosa às camadas populares. A obrigatoriedade da vacina foi mobilizada pelo “General Mata-Mosquitos”, Oswaldo Cruz, à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP). Como diretor, ele promoveu, além de demolições por motivo de saneamento, práticas compulsórias de vacinação que se caracterizavam até mesmo pela invasão de lares pelos funcionários da diretoria. O estopim para a revolta foi a aprovação do projeto de lei reinstaurando a obrigatoriedade da vacinação e revacinação contra a varíola em todo o território da capital, em 31 de outubro de 1904, causando um grande motim na cidade (BENCHIMOL, 2003). Para maior compreensão sobre a revolta, conferir Sevcenko (2018).

⁷ Conforme Borges, Sabioni e Magalhães (2000), em 1921, Belo Lisboa foi homenageado com a outorga de uma medalha e um relógio, ambos de ouro, em função da sua atuação exitosa na cidade.

Belo Lisboa atuou de forma intensa para intervir no curso das obras, aproximando-a de suas pretensões higiênicas. A planta de construção havia sido elaborada por P. H. Rolfs e entregue ao Governo do Estado em 1921, sendo o estadunidense nomeado o responsável por superintender as obras. Apesar disso, Belo Lisboa atuou de forma autônoma e promoveu diversas modificações no plano elaborado, sobrepondo-se à autoridade conferida a P. H. Rolfs, o que gerava entraves burocráticos. Conforme o Azevedo (2005) explica, o estadunidense havia estabelecido uma obrigação contratual de submeter as plantas à aprovação do Governo de Minas Gerais; contudo, aquelas elaboradas por Belo Lisboa eram recusadas por não estarem previstas no acordo, gerando conflitos.

As modificações propostas pelo engenheiro-chefe tinham a conivência de P. H. Rolfs, que as considerava positivas e reconhecia Belo Lisboa como “o homem certo no lugar certo” (ROLFS, 1923, p. 8, tradução nossa). Assim, para que as obras pudessem caminhar conforme o que previa Belo Lisboa, foram redistribuídas as funções. O engenheiro ficou responsável pela construção e o estadunidense pelas máquinas e pelos primeiros campos de trabalho agrícola (AZEVEDO, 2005).

Figura 2 - P. H. Rolfs (ao centro) e Belo Lisboa (à direita) na construção da Escola, na companhia de um operário (à esquerda), ([s/d]). Percebe-se o contraste das vestimentas e do calçado entre os diretores e o operário.



Fonte: Lócus UFV.

Dessa forma, Belo Lisboa pôde estabelecer uma interlocução direta com o Governo do Estado para promover modificações na planta de construção. Isso permitiu uma abertura para que a edificação higiênica do espaço tivesse sua devida atenção. Como veremos, as obras empreendidas permitiram sanar as preocupações de P. H. Rolfs com a instalação de estruturas sanitárias para o fornecimento de água potável e para a garantia da salubridade dos terrenos da Escola. Com isso, a marca higiênica ganhou destaque na atuação do engenheiro, que promoveu intervenções nas condições de saúde dos trabalhadores, nos cursos de água no terreno e na planta da instituição, favorecendo a limpeza da ESAV.

A edificação higiênica da ESAV: estruturação sanitária e limpeza do solo

Os trabalhos de construção da ESAV se iniciaram no mesmo ano em que foi lançada a pedra fundamental do edifício central, sendo acometidos por inúmeros empecilhos. Além daqueles de natureza política, como a demora na liberação de verbas, houve dificuldade em obter materiais básicos. Em função disso, empreendeu-se na obtenção de pedras com a construção de uma pedreira no terreno e na produção de tábuas e tijolos. Em decorrência dos dispendiosos trabalhos investidos, Belo Lisboa enfatizou a necessidade de atuar sobre a saúde e educação dos operários (LISBOA, 1929).

Com a chefia de Belo Lisboa, foi empreendido o exame de fezes de todos os operários, acusando taxa de infectados de 100%, e feita a medicalização. Além disso, foi criada uma obra social⁸ muito repercutida, com serviços de saúde e educação elementar para os funcionários e seus familiares, além de criada uma banda de música dos operários. Complementando a ação médico-educativa, a realização de preleções sobre moral e higiene aos funcionários, feitas por Belo Lisboa aos sábados, após o pagamento. As intervenções sobre a saúde e a educação dos operários visavam a promover a “elevação social” dos rurais e acelerar os trabalhos de construção da Escola (LISBOA, 1929).

A justificativa assumida por Belo Lisboa integrava a retórica higienista no país e era veiculada por Belisário Pena no cenário nacional, que apelava aos engenheiros brasileiros pela participação da ciência médica na execução de obras “para que ellas caminhem rapidas e com economia de vidas e de dinheiro” (PENA, 1923, p. 56). A extensão destes serviços aos familiares permitiria que os operários fossem prevenidos contra doenças infecciosas, resguardando as obras de construção, também permitindo que esses benefícios se estendessem a uma maior parcela do povo rural.

Essas intervenções sobre os operários rurais foram exploradas mais extensamente por Milagres (2022), e representam uma conformidade das ações de Belo Lisboa com os pressupostos higienistas em circulação no Brasil. A atuação do engenheiro por um viés sanitarista se deu não apenas sobre o corpo dos trabalhadores, como também na organização das dependências da instituição. A começar pelas instalações no terreno para aproveitamento dos recursos presentes, foram construídos sete bueiros para escoamento e passagem de água, o que permitiria racionar o curso dos córregos que passavam pelo terreno ou próximos dele. As construções dos edifícios respeitavam o traçado do córrego principal – Córrego dos Barbados –, sendo ele contornado por pontes e bueiros para a passagem de estradas (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000; TRECHO..., 1951), conforme a Figura 3.

Para a captação de água, foram criadas três barragens para represamento do Córrego dos Barbados – com uma principal e outras duas que serviram ao abastecimento da primeira – para o abastecimento de água potável, sendo ligadas por meio de um tanque de decantação. As represas que reservavam água para consumo e uso da Escola abasteciam os edifícios por meio de uma rede de distribuição correspondente a 4.856 metros. O sistema de captação da represa oferecia “reaes vantagens, principalmente na parte referente á hygiene”, por possibilitar frequentes descargas dos tanques, “questão que não é muito posta em pratica, em pequenas installações” (LISBOA, 1929, p. 68).

A importância do serviço de abastecimento, que era enfatizada por P. H. Rolfs desde sua chegada ao Brasil e que garantiria a eficiência e o êxito do estabelecimento, refletiu no gasto dispendido com essas instalações. Conforme consta no Relatório de Construção de Belo Lisboa, com o fim das obras em 1929, os gastos com as instalações de água potável

⁸ A obra de saúde e educação foi realizada por meio da criação de uma Caixa Beneficente para arcar com os gastos de saúde e educação dos operários e de seus familiares. Ela foi custeada pelo recolhimento de contribuições de todos os operários, por meio de descontos salariais, e era complementada por contribuições de Belo Lisboa (MILGRES, 2022).

representaram aproximadamente 43% (133:485\$214 – cento e trinta e três contos, quatrocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e quatorze réis) da importância total das instalações diversas, sendo a maior delas (LISBOA, 1929). Além disso, abriu-se uma estrada de ligação à represa de água potável que beneficiaria o serviço de captação e as futuras aulas de princípios de abastecimento de água para fazendas (ROLFS, 1927).

Figura 3 – Bueiro do Córrego dos Barbados, ([s/d]). Operários na construção do bueiro num trecho que corta uma das estradas da ESAV.



Fonte: Lócus UFV.

As intervenções nos córregos do terreno da Escola, com a instalação de bueiros, o represamento, a captação e a distribuição da água, possibilitavam a circulação de produtos, de pessoas e do líquido pelo espaço. Essa intervenção realizada pelo engenheiro estava em conformidade com a dos sanitaristas, que confiavam na circulação da água como fator para prevenção das doenças. Eles modificavam os cursos naturais, mas, por outro lado, investiam no encanamento das águas para a limpeza, o consumo, a produção e o descarte de dejetos (ALMEIDA; SANTOS, 2019; MÜLLER, 2000; VIGARELLO, 1996).

No que diz respeito à construção de dependências, foi edificado um total de 20 abrigos que serviriam às atividades da Escola. Durante sua construção, atentou-se para as instalações sanitárias necessárias, conforme a conveniência de cada abrigo. Eles eram servidos por estruturas para passagem de corrente de ar e luz, lavabos e banheiros acompanhados por rede de esgoto. Além dos abrigos, foi construído um banheiro carrapaticida para atender à higienização dos animais grandes, com instalação de água e esgoto (LISBOA, 1929).

A fim de abrigar alguns professores e funcionários na Escola, foi construído um total de 20 residências. Metade das casas, que era destinada aos professores, precisou ter a planta toda dispensada e reconstruída por Belo Lisboa. Elas ganharam uma estrutura sofisticada e, nas instalações sanitárias, receberam um banheiro interno, chuveiro e instalação de esgoto, sendo também acrescido um lavatório em cada quarto (LISBOA, 1929). Já a outra metade era destinada aos funcionários e contava com instalações mais simples (Figura 4).

Figura 4 - Três residências destinadas aos funcionários da Escola (1931). Chamamos a atenção para a inexistência de barraco externo para fossa, pois o banheiro era interno à residência.



Fonte: Locus UFV.

Em 1927, Rolfs informou ao Secretário de Agricultura de Minas sobre o estado das obras, alertando que, durante a construção da casa dos funcionários, “não tem sido possível ainda conseguir qualquer conveniências sanitarias” e temia as consequências que poderiam decorrer da falta de estrutura sanitária, pois “o terreno em que se acham as casas ficará completamente impregnado com os ovos de anklystonia [sic], tornando o local muito insaudável” (ROLFS, 1927c, p. 6). A atuação de Belo Lisboa como engenheiro-chefe, comprometido com a garantia de estruturas higiênicas nas habitações, demonstrava seu interesse em prevenir a proliferação da doença condenada pelos higienistas nos sertões. Para isso, Pena (1923) conscientizava sobre o correto descarte dos dejetos por meio de redes de esgotos, ligados a latrinas e com abastecimento de água. O engenheiro da ESAV correspondia a essa atuação preventiva na organização do espaço, justificando-a em favor da coletividade e alertando, na falta da estrutura indicada, o risco de contaminação dos terrenos.

Com isso, foi possível que, ao fim das construções, as casas dos funcionários fossem contempladas com um banheiro interno, um chuveiro e instalação adequada de esgoto (LISBOA, 1929). As novas residências contrastavam com as habitações onde alguns dos operários residiam e que eram de taipa (Figura 5), propiciando-os condições salubres para moradia, a fim de prevenir a Escola de doenças.

Figura 5 - Habitação dos operários da construção da Escola, feita de taipa e pau-a-pique (1922). Percebe-se a presença de fossas sanitárias tanto nos barracos da frente quanto no do fundo.



Fonte: Lócus UFV.

Ainda quanto às residências, foram construídas outras duas destinadas ao diretor e ao vice-diretor. Elas tinham uma arquitetura superior às demais, e, certamente, sua organização sanitária assemelhava-se à das residências dos professores.

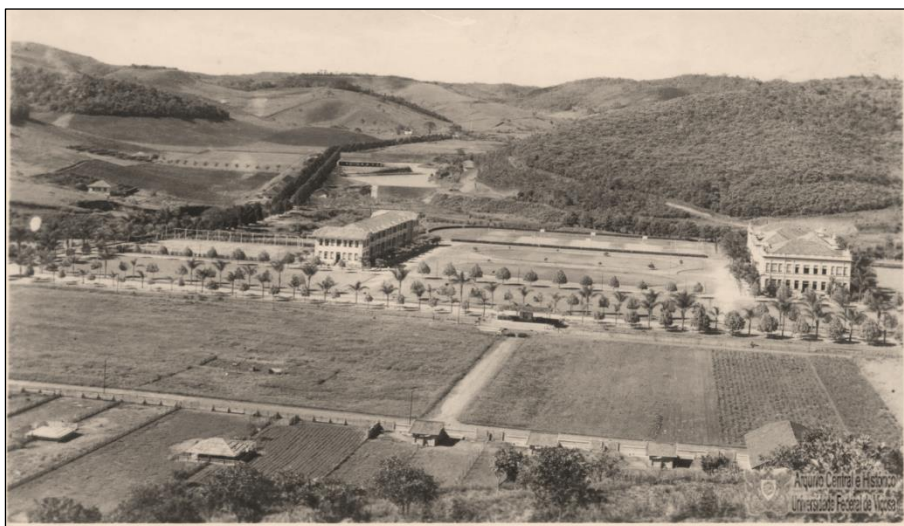
As duas grandes obras que se destacaram eram o dormitório dos alunos e o edifício principal. O dormitório possuía 124 dependências com pé direito de 4,30 e 3,90 metros, boa iluminação, chuveiros distribuídos por seção com água quente e fria⁹, e instalação sanitária. No dormitório havia também uma cozinha que serviria ao refeitório e foi modificada na planta original, ficando com cinco pias, lavatório, chuveiro e instalação sanitária. O edifício principal, por sua vez, precisou sofrer modificações que levaram à mudança, na parte externa, de uma fachada “muito luxuosa” para quatro fachadas de estilo nobre e simples, à contragosto de Belo Lisboa. Internamente, foram feitas alterações com finalidade sanitária, “afim de se evitarem corredores estreitos, escadas obstruindo os corredores, instalações sanitárias sem luz e ar directos, depósitos escuros, etc” (LISBOA, 1929, p. 6). De modo geral, o edifício central possuía o maior pé direito entre todas as edificações (cinco metros), janelas amplas que permitiriam boa ventilação e iluminação, banheiros nos dois pavimentos e no porão, com instalação sanitária e rede de esgoto independente (LISBOA, 1929).

As modificações na planta inicial, que foram promovidas por Belo Lisboa, aproximavam-no da forma de atuação dos engenheiros sanitaristas. Para Müller (2000, p. 33), a atuação dos sanitaristas era adaptada à lógica dos fluidos e das circulações, de forma a traçar “as primeiras linhas do desenho levando em conta o sanitário, através do esquema de escoamento das águas, circulação do ar e penetração da luz solar, deixando os demais aspectos subordinados a esses”. Assim, Belo Lisboa buscava incorporar esses elementos na planta inicial dos edifícios, promovendo sua reestruturação interna em favor da salubridade.

⁹ O uso da água em diferentes temperaturas ocupou um importante lugar no debate dos higienistas europeus no decorrer dos séculos XVIII e XIX, tendo inserção social. Conforme Vigarello (1996), a temperatura da água possuía funções terapêuticas ligadas à tonicidade do organismo, como o fortalecimento das defesas internas, a contração e distensão das fibras musculares e da pele, além da função na limpeza das sujeiras no invólucro corporal. Medeiros e Quitau (2018) demonstram que, no Brasil, essa diferenciação da temperatura da água ganhou espaço nas prescrições higienistas ligadas à natureza. Seu uso ganha um caráter científico na cura dos males, superando o simples uso da ducha para satisfação passageira e as práticas populares (MEDEIROS; QUITZAU, 2018).

Na concepção de sanitaristas, os projetos deveriam se dar, primeiramente, do ponto de vista da salubridade, seguido da circulação, sem descuidar da estética (MÜLLER, 2000). Os dois primeiros pontos foram atendidos por Belo Lisboa que, além de garantir condições salubres nos edifícios e abrigos, promovia uma racionalização do curso de água que permitiria a circulação de fluidos e de pessoas. Já a estética se aliava à salubridade, com a organização de amplos espaços abertos e arborizados (Figura 6). Foi feita a arborização da avenida principal e de algumas estradas com coqueiros (*Cocus plumosa*) e pinho-do-Paraná (*Araucaria brasiliensis*), além de realizada a ornamentação dos espaços e edifícios, o que serviu para atrair atenções para a instituição e “tambem para constante inspiração aos alunos” (ROLFS, 1927a, p. 30).

Figura 6 - Vista parcial da ESAV ([s/d]). Em destaque estão o edifício principal e o dormitório dos alunos, com a praça de esportes ao centro. Percebe-se a organização do espaço ocupado pela Escola, com a delimitação dos campos experimentais, a ornamentação em torno do edifício central e do dormitório, bem como a arborização da Avenida Principal (na horizontal) e da Avenida da Agronomia (na vertical).



Fonte: Lócus UFV.

Em paralelo a estruturação da Escola e ao embelezamento do espaço, foi promovida a limpeza do terreno por meio do combate das saúvas. Conforme constata Rolfs (1927a), a região de Viçosa era tão infestada por “essa praga” que, sem o seu combate extensivo, a agricultura não seria tão econômica. O terreno escolhido para a construção da Escola em Viçosa, que totalizava 453 hectares, teve, segundo Rolfs (1927c, p. 14), sua compra desaconselhada em particular por “alguns homens bem intencionados” da cidade, alertando que os terrenos “só prestavam para crescimento de saúvas e aroeira”. Ainda assim, a compra foi assegurada pela “escolha técnica” de P. H. Rolfs que, ao desapropriar o terreno, confirmou o estado de precariedade do solo, afirmando: “Quanto às saúvas, ficou claro que o terreno prestava-se admiravelmente para a sua produção” (ROLFS, 1927b, p. 14).

À época, o inseto era alvo de críticas do escritor e intelectual higienista Monteiro Lobato. Junto às campanhas sanitárias, o combate às saúvas representava outra grande propaganda de limpeza do país (LIMA; HOCHMAN, 2000). Conforme Silva (2010), a saúva ocupava um espaço simbólico na agricultura brasileira da luta do “homem” com o mundo natural, sendo que sua proliferação nos espaços rurais era representativa da indolência dos caboclos. Assim, a formiga, enquanto um elemento simbólico, “aglutinava em torno de si os males que assolavam a agricultura” (SILVA, 2010, p. 567). Seu combate corresponderia à vitória da ciência sobre as pragas do campo – o caboclo indolente e a saúva – na garantia de um espaço limpo e produtivo (SILVA, 2010; LIMA; HOCHMAN, 2000).

Para que a Escola fosse assentada em um terreno saneado, fez-se necessário investir em práticas de combate às saúvas, inicialmente sob a liderança de P. H. Rolfs. Os trabalhos de combate ao inseto começaram a ser empreendidos em 1922, com a criação do “serviço de extinção de formigas”, sendo que logo nesse ano foram combatidos mais de 2 mil formigueiros no trajeto da avenida principal (ESAV, 1939). As tarefas eram feitas de forma contínua e, no decorrer de cinco anos, haviam sido gastos mais de 200 quilos de produtos de combate às saúvas — “arsenico e sulphureto em pó” (ROLFS, 1927b). Com o início das aulas, em 1927, os trabalhos de combate às saúvas contaram com a participação dos alunos que, como parte prática da disciplina Entomologia Econômica, combatiam os ninhos no terreno da Escola sob a supervisão do professor Diogo Alves de Mello. Por meio da disciplina, os alunos realizavam o estudo biológico da saúva e as formas econômicas de combate ao inseto (ROLFS, 1927a; LISBOA, 1935).

A partir de 1929, o “serviço de extinção de formigas” foi ampliado às fazendas próximas à Escola, tomando, como parte dos serviços de extensão, a limpeza do solo e a instrução sobre o combate às saúvas. Com isso, em 1935, quando foi declarada a Campanha Nacional contra a saúva (SILVA, 2010), os terrenos da Escola e seus arredores eram considerados expurgados e estavam apenas sob vigilância, continuando intensos os trabalhos na instrução dos alunos e no auxílio aos fazendeiros do estado (LISBOA, 1935).

Sendo assim, os esforços de Belo Lisboa e de P. H. Rolfs se concentraram nas ações de edificação e de limpeza – dos trabalhadores e do solo –, a fim de afastar a imagem de atraso característica do campo e de assentar a Escola sobre bases sanitárias e científicas. Essas ações contribuíram para reforçar a representação moderna da instituição, pretendida por Arthur Bernardes, que foi favorecida, em especial, pela participação da higiene.

A inauguração do edifício principal ocorreu em 28 de agosto de 1926, um ano antes do início das aulas¹⁰, e representou a confluência dos interesses desses três atores, permeados na obra de ensino em concretização no interior de Minas (Figura 7).

Figura 6 - Missa campal na inauguração do edifício principal¹¹, em 1926. Solenidade religiosa dirigida pelo arcebispo Dom Helvécio, em frente ao edifício central.



Fonte: Lócus UFV.

¹⁰ A chegada dos alunos posterior à inauguração se deu devido aos atrasos ocorridos nas obras de construção. As primeiras turmas – Elementar e Médio – só vieram a ingressar em agosto de 1927, e os alunos internos foram alojados no porão do edifício principal. As obras só foram finalizadas em 1929, sendo também o ano em que Belo Lisboa encerrava seu cargo de engenheiro-chefe e era elevado de vice-diretor ao cargo de Direção da ESAV (MILAGRES, 2022).

¹¹ Atualmente, o edifício recebe o nome de Edifício Arthur Bernardes, em homenagem ao mentor e criador da instituição.

A começar pela data, o adiantamento da inauguração correspondeu ao último ano de mandato de Arthur Bernardes na presidência da República (1922-1926). Isso permitiu que o nacionalista e primeiro idealizador da ESAV, em posse do mais alto cargo político, pudesse ver concretizada sua obra de aperfeiçoamento do campo. Também participaram da solenidade o fundador e primeiro diretor, P. H. Rolfs, o engenheiro-chefe Belo Lisboa, o Arcebispo de Mariana, Dom Helvécio, diversas autoridades políticas do estado e fazendeiros. Como detalha Borges, Sabioni e Magalhães (2000, p. 8):

Após a missa campal, com o altar colocado na escadaria do prédio, no lado oeste, foi bento o prédio e realizada uma sessão solene no Salão Nobre, com discursos do Presidente da República, do Secretário de Agricultura e do Engenheiro-Chefe. No dia seguinte, à tarde Rolfs hasteou o pavilhão nacional no estabelecimento, pela primeira vez.

A solenidade demarcava ali o início dos empreendimentos em torno da tarefa institucional de “melhoramento do homem, do animal e da semente”¹². Para a inauguração da obra, foi recebida a bênção da igreja católica, por Dom Helvécio, e pelo então presidente da República e criador da Escola, Arthur Bernardes. O compromisso da instituição em erguer a nação foi sinalizada na imagem de P. H. Rolfs, um cientista estadunidense que hasteou o pavilhão (ou bandeira) nacional. Por fim, Belo Lisboa também discursou na inauguração, demarcando, em meio a empreendimentos sanitaristas, seu lugar na construção da instituição.

O engenheiro, que se tornou um grande entusiasta das ideias de P. H. Rolfs, confluía os diferentes interesses em sua imagem patriota e cristã. Ele se dispunha “com a melhor vontade de bem servir a causa rural” (LISBOA, 1941, [s/p]) e desejava promover o crescimento e o melhoramento do homem, fato que o levou a se tornar futuramente, juntamente com P. H. Rolfs, o consolidador da ESAV (AZEVEDO, 2005; BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2000; GOMIDE, 1996).

A figura das três autoridades institucionais que protagonizaram a inauguração do prédio principal — um político nacionalista, um cientista e um arcebispo¹³ — se fez representativa do projeto educacional de base higienista que se consolidava no país, privilegiado, na Escola, pela presença e atuação sanitária de Belo Lisboa. De acordo com Abreu Júnior e Carvalho (2012), os discursos educacionais eram pautados em uma ação conjunta dos princípios morais, higienistas e patrióticos. No Brasil, a aproximação entre a Igreja Católica e a educação era notória e dava destaque às condutas morais, produzindo um contexto de sujeição a normas fundamentadas em princípios da Medicina e da Psicologia, amalgamados a dogmas religiosos (ABREU JÚNIOR; CARVALHO, 2012).

Assim sendo, a inauguração do edifício central selou os diferentes interesses que marcavam a instituição, concretizado em 01 de agosto de 1927. Para isso, os esforços de construção visaram equipar o estabelecimento com estruturas higiênicas e sanitárias, almejando uma educação dos hábitos dos sujeitos rurais. Redes internas de esgoto, bueiros e represas foram

¹² Esse lema demarcava a missão institucional da ESAV e aparece com frequência nas revistas institucionais que surgem entre finais da década de 1930 e início de 1940. Em um recorte da revista *Ceres*, mencionado por Azevedo (2005), é constatado que o lema de “Melhoramento do homem, do animal e da semente” foi uma “síntese de trilogia ideal”, que sintetizava a missão institucional traçada por P. H. Rolfs e Belo Lisboa. Milagres, Oliveira e Baía (2021) indicam que esse mesmo lema aparece em destaque na Revista *Seiva*, uma revista estudantil e institucional que passou a circular a partir da década de 1940 e veiculava saberes e práticas higiênicas dentro e fora da instituição.

¹³ Cabe notar que a presença da Igreja Católica na Escola não foi pontual; ela se manteve próxima à instituição por meio de visitas e do contato regular com o estabelecimento, contribuindo para a disciplina interna. O Arcebispo de Mariana tinha prestígio junto à direção da instituição e era respeitado por Belo Lisboa, que o descrevia como “pessoa querida e repetível [...], o pastor carinhoso e patriota progressista, que tão bem compreende a santidade da alma, quanto o melhoramento intelectual e physico das populações” (LISBOA, 1935, p. 6).

instalados para a administração da circulação de água, e os edifícios foram estruturados de forma a permitir entrada de luz e ar. Chuveiros, banheiros com rede de esgoto e lavatórios também foram instalados para que os sujeitos se higienizassem, e o banheiro de carrapaticida serviria ao cuidado dos grandes animais. Ademais, alguns investimentos no espaço, como a arborização, a ornamentação e a limpeza de saúvas, permitiriam visualizar uma organização higiênica do campo que serviria de exemplo às residências rurais. Dessa forma, os investimentos no planejamento e na construção da ESAV em moldes higiênicos e sanitários foram essenciais para sua tarefa institucional de engrandecimento dos espaços rurais de Minas Gerais e do Brasil.

Considerações finais

A ESAV foi, desde seu início, pautada pela pretensão de modernização do campo. Para isso, foi contratado o agrônomo estadunidense P. H. Rolfs, que demarcou na concepção da instituição seu caráter científico e mobilizou critérios higiênicos para orientar o local de construção da Escola. Todavia, foi apenas a partir da presença do engenheiro Belo Lisboa que a higiene teve destaque nas construções do estabelecimento, ocupando, junto à marca moderna e científica, os pilares que orientariam a organização da instituição. O pilar da higiene representaria os anseios de legitimar um estabelecimento de Ensino Agrícola Moderno no espaço rural, visto, entre os higienistas brasileiros, como um lugar de abandono e atraso.

Assim, as intervenções higiênicas promovidas por Belo Lisboa se recaíram sobre o corpo de operários rurais, o curso de água no terreno e as plantas dos edifícios e abrigos da Escola, inicialmente planejadas por P. H. Rolfs. Para o engenheiro-chefe, os operários deveriam ter suas doenças extirpadas, ser instruídos quanto à moral e higiene e, junto aos seus familiares, ser assistidos pela medicina moderna, a fim de garantir um bom andamento das obras. A água, por sua vez, deveria ser represada e purificada, para que fosse captada para consumo, produção e limpeza do pessoal da Escola. Com isso, foi feito o represamento do Córrego dos Barbados e construída uma rede de distribuição a todos os edifícios e abrigos para circulação da água potável.

As dependências da Escola foram construídas respeitando o curso de água no terreno e foram implantados bueiros e pontes, o que facilitava a circulação da água, de pessoas e de mercadorias. Prezou-se pela salubridade dos edifícios e abrigos, sendo que foram promovidas modificações nas plantas iniciais de forma a permitir a boa circulação de luz e ar, além de serem implantadas redes de esgotos.

Por fim, em paralelo às ações de construção, fez-se necessário empreender no combate às saúvas, para promover a salubridade do solo. Além da limpeza e da fertilidade do terreno, o combate à formiga permitiria afastar um símbolo de atraso rural da Escola. Inicialmente, os trabalhos foram empreendidos por P. H. Rolfs, vindo integrar o processo formativo dos alunos esavianos, em benefício da instituição.

Portanto, os trabalhos de construção foram orientados por pressupostos higiênicos, visando promover uma estruturação sanitária da Escola e o combate às duas pragas do campo: as doenças dos rurais e as saúvas. Finalmente, consideramos que a atuação de Belo Lisboa enquanto um engenheiro-sanitarista foi primordial para que a higiene se tornasse um pilar de orientação das construções da ESAV, caracterizando a ambiência moderna da Escola Agrícola no campo e modelando o seu projeto formador.

Referências

ABREU, Jean Luiz Neves. Ciência, saúde e território em Minas Gerais (1895-1930). In: ABREU, Jean Luiz Neves; ESPINDOLA, Haruf Salmen (org.). *Território, sociedade e modernidade*. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010. p. 95-118.

ALVES, Wedencley. Um jornal no dissenso: o Correio da Manhã e a campanha contra a vacinação obrigatória. *Rev. Eletr. de Com. Inov. Saúde*, Rio de Janeiro, v.6, n.4, p.1-12, fev. 2013. DOI: <https://doi.org/10.3395/reciis.v6i4.Sup1.749pt>

AZEVEDO, Denilson Santos de. *Melhoramento do homem, do animal e da semente: o projeto político pedagógico da ESAV (1920-1948), organização e funcionamento*. 2005. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. *Trabalho, Educação e Saúde*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 427-451, nov. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462012000300005>

ALMEIDA, Danilo de Carvalho Botelho; SANTOS, Roberto Eustáquio dos. A doutrina higienista e as canalizações de cursos d'água: o caso de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 18., Natal. *Anais [...]*. Natal: UFRN, 2019.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente - da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 231-286.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 2000.

CARVALHO, Eliane Vianey de. *A emergência das práticas médico-educativas da Saúde Pública Estadual de Minas Gerais (1910-1935)*. 2016. 301f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

CAMISASCA, Marina Mesquita. *Memórias da vida de João Carlos Bello Lisboa*. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2012.

CAPDEVILLE, Guy. O Ensino Superior Agrícola no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.72, 172, p.229-261, set./dez. 1991. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.72i172.1277>

CLAPER, Jeanine Ribeiro. Delineando a Assistência ao Alienado no início do século XX: colônia juliano moreira imagens e sensibilidades. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016. *Anais [...]*. Florianópolis, 2016. p. 1-19.

FONSECA, Cristina M. O. A história da política de saúde no Brasil: interpretações e trajetórias. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (org.). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 403-429.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. *O Século da Higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)*. 2003. 303 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Alberto Torres e os higienistas: intervenção do Estado na educação do corpo (1910-1930). *Saúde e sociedade*, São Paulo, v.23, n.4, p.1445-1457, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000400026>

GOMIDE, Tarcísio. *Universidade Federal de Viçosa: esboço de uma síntese histórica*. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 1996.

GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Cadernos Cedes*, Campinas, v.23, n.59, p.25-38, abr. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622003000100003>

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da primeira república. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000400012>

HOFFBAUER, Daniela; PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. *André Gustavo Paulo de Frontin*. 2018. Arquivo Nacional - Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/828-andre-gustavo-paulo-de-frontin-2>. Acesso em: 17 dez. 2021.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da primeira república. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 23-40.

MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro de; QUITZAU, Evelise Amgarten. Educação do corpo e natureza: prescrições da revista educação physica (brasil, 1932-1945). *Educación Física y Ciencia*, La Plata, v.20, n.1, p.42-54, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.24215/23142561e042>

MILAGRES, Pedro de Oliveira. “Em pról dos destinos patrios”: a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e as marcas do higienismo no campo (1920-1935). 201 f. 2022. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2022.

MILAGRES, Pedro de Oliveira; OLIVEIRA, Gabriel Gomes de; BAÍA, Anderson da Cunha. Uma forma de educar na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: a circulação de discursos higienistas e eugenistas na revista Seiva (1940 a 1948). *Horizontes*, São Carlos/SP, v.39, p.1-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v39i1.1193>

MÜLLER, Glaucia Regina Ramos. A influência do urbanismo sanitaria na transformação do espaço urbano em Florianópolis. 137 f. 2000. *Dissertação* (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

NARCISO, Anderson José de Almeida. *A Medicina vai à Escola: ideias e práticas de saúde nos grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais (1906-1929)*. 2016. 140 f. *Dissertação* (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUERÔA, Silvia F. de M. Ceres, as mulheres e o sertão: Representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, n.29, p.365-397, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200015>

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

SILVA, Valéria Mara. O Brasil contra a saúva: considerações sobre a Campanha Nacional de 1935. *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v. 23, n. 2, jul./dez. 2010.

SOUZA, Fabíula Sevilha. *Astros, órbita e poderes: modernidade, desenvolvimentismo e modernização na Primeira República*. 375 f. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Fontes

BERNARDES, Arthur. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 2ª sessão ordinária da 8ª Legislatura no anno de 1920. Belo Horizonte: *Imprensa Oficial*, 15 de jun. 1920. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/34582?mode=full>. Acesso em: 12 de mar. 2021.

ESAV. *Álbum de formatura de 1939*. Viçosa, 1939. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/album-de-formatura-de-1939>. Acesso em: 23 de nov. 2020.

LISBOA, João Carlos Belo. Relatório de construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais. Viçosa, 1929. *Acervo Histórico Central da UFV*, Código de referência: BR MGUFV ESAV.04.02.01.

LISBOA, João Carlos Belo. O povo quer aperfeiçoar-se. *Folha Rural*, Viçosa, n.1, p.3-8. 1 jan. 1935a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/folha-rural/875414>. Acesso em: 24 nov. 2020.

LISBOA, João Carlos Belo. Fazenda organizada. Conferência proferida na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, 1941. In: BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 2000.

MINAS GERAIS. Coleção das Leis e decretos do Estado de Minas 1920. Belo Horizonte: *Imprensa Oficial*, 1920. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/4721/3/4721.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

PENA, Belisário. *Saneamento do Brasil: sanear o brasil é povoal-o; é enriquecerl-o; é moralisal-o*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1923.

PERÍODO CUSTÓDIO SILVA. *Pontenet*, Ponte Nova, [s/d]. Disponível em: <http://www.pontenet.com.br/pontenova/politica1.html>. Acesso em: 17 dez. 2021.

ROLFS, Peter Henry; ROLFS, Clarissa. *Fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais*. Viçosa, [s/d].

ROLFS, Peter Henry. *Correspondência ao Dr. Arthur da Silva Bernardes*. Belo Horizonte, 10 mar. 1921a. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00096?search=esav>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

ROLFS, Peter Henry. *Correspondência ao Dr. Arthur da Silva Bernardes*. Belo Horizonte, 10 mai. 1921b. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00097/images/0>. Acesso em: 12 de jan. 2023.

ROLFS, Peter Henry. The “Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais”, and *A National System of Agricultural Colleges*. Rio de Janeiro, 12 dez. 1923. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00121/1j?search=esav>. Acesso em: 31 ago. 2021.

ROLFS, Peter Henry. Correspondência enviada ao Dr. Seabra Muniz, M. D. Secretario de Agricultura, Vitoria, Estado do Espírito Santo. *Ilheos*, 29 ago. 1933. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00074/55j?search=esav>. Acesso em: 06 ago. 2021.

ROLFS, Peter Henry. *Primeiro annuario*. Viçosa, 1927a. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/esav-2>. Acesso em: 27 de nov. 2020.

ROLFS, Peter Henry. *Relatório do Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, que inclui especialmente os trabalhos agricolas de natureza scientifica realizados pelo estabelecimento até o 1º de Março de 1927*. Viçosa, 1927b. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00032/1j?search=esav>. Acesso em: 19 de mar. 2021.

ROLFS, Peter Henry. Correspondência enviada ao Dr. Djalma Pinheiro Chagas, M. D. Secretario de Agricultura, Industrias, Terras, Viação, e Obras Públicas, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 10 jun. 1927c. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00074/55j?search=esav>. Acesso em: 06 ago. 2021.

TRECHO da planta da ESAV (parte 1). Viçosa, 1951. *Acervo Histórico Central da UFV, Código de referência: BR MGUFV MUS CAR.01.01.01.005*. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/trecho-da-planta-da-esav-parte-1>. Acesso em: 12 jan. 2023.